

CONGRESSO EM FOCO

DATA: 4ª feira, 3 de agosto de 2022

COLUNA: Robson Carvalho*

*Doutorando em Ciência Política pela Universidade de Brasília e apresentador de programa de TV na Band-NE e TVT-SP



Repertórios e inovações nas ocupações do MTST

1. Introdução, justificativa e objetivos

Em 10 de março de 2022, tivemos a oportunidade de entrevistar Nascimento (2022), filha de empregada doméstica no interior de Pernambuco, que se mudou para São Paulo para tentar a oportunidade de trabalhar como doméstica e babá. Diante de muitas dificuldades, chegou a encontrar acolhimento na maior ocupação da América Latina, a “Povo Sem Medo” – Santo André/SP e com o passar do tempo, pelo seu jeito comunicativo e dinâmico, e diante de tantas experiências, aprendizados e formação acumulados dentro da ocupação, se tornou líder do movimento no estado de São Paulo.

Bem-humorada, Nascimento (2022) dispara uma crítica aos olhares preconceituosos sobre o movimento e as ocupações e, segura de tudo o que o movimento representa, faz um convite:

Tem várias coisas que as pessoas precisam conhecer. Parem de olhar dos ônibus e dos carros do lado de fora e ficar falando “ai que horror... barraquinho de lona...” Entre e venha saber, aqui, conhecer a história de cada barraquinho desse. Existe uma história de luta, uma história de resistência, existe uma pessoa que saiu da humilhação e está morando com a gente aqui dentro da ocupação, e que dentro da ocupação ela entendeu o que é luta de classe, que existe solidariedade, que existe o sonho. A gente não desiste de lutar por um país justo e igualitário, onde o trabalhador de fato tenha acesso aos seus direitos, que a gente tem que arrancar na unha viu, Robson. Mas é um direito que tá na constituição e que a gente tem q fazer muita luta pra que eles cheguem pra nós mesmo. Até você se não conheceu, venha conhecer”. (Nascimento, 2022)

Após a entrevista, buscamos mais informações e começamos a pensar sobre que teoria poderia servir de bússola para guiar o nosso estudo. Como descrito em seu perfil oficial na plataforma de mídia social digital Instagram, com mais de 147 mil seguidores, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST, apresenta-se como uma organização política, sem fins lucrativos, e como o maior movimento social urbano do Brasil, que há 24 anos luta por moradia e direitos. Como explica Nascimento (2022), a luta vai além:

É um movimento dos trabalhadores e trabalhadoras sem teto. Nós lutamos não somente nas ocupações. Vamos fazer 25 anos de MTST e a gente luta pela reforma urbana, para que terrenos abandonados sem cumprir nenhuma função social, de fato vire moradia popular. A gente luta pra além da moradia (...) por saúde, contra a reforma da previdência, a gente esteve contra o golpe da Dilma, a gente luta contra o bolsonarismo. Não somos invasores que vamos pegar a casa de ninguém. Ocupamos terrenos que estão ociosos e abandonados, quando todos precisam de creche, posto de saúde, escola de qualidade, de moradia... e no artigo 5º e 6º da Constituição diz que a gente tem direito à moradia e moradia digna. As ocupações são polo de resistência, polo de luta (...) e lá, também combatemos ao racismo, violência contra mulher (...) e não adianta ter só casa sem ter saúde, não adianta ter só casa sem ter emprego. (Nascimento, 2022)

Em outro perfil na mesma mídia, referente ao estado de São Paulo. Em sua página principal, está escrito que o movimento se faz presente há 22 anos nesta localidade e está destacado o que, certamente, identifica um dos objetivos do movimento: “É pra criar o poder popular”.

Esta frase ‘empoderante’, somada à entrevista realizada, inspiram e motivam esse estudo, que pretende conhecer mais de perto este movimento social, de caráter contestatório e contencioso. A trajetória de vida da própria Nascimento (2022), nos parece indicar um tipo de processo que fez da mesma, um exemplo vivo da criação de poder popular.

Nessa perspectiva, decidimos estudar esse movimento social de caráter contencioso, fazendo uma revisão bibliográfica desde as suas origens. Quanto ao problema que desejamos explorar, o mesmo será expresso através de uma pergunta inicial: como o MTST inovou no repertório do acampamento? Como desdobramento: quais são as práticas internas ao acampamento? O que mudou em relação a esses acampamentos inspirados no MST?

A literatura sobre repertórios nos parece a que apresenta maior potencial e afinidade para dialogar com esse problema, que focará na ocupação enquanto estratégia. Quanto à teoria e aos autores, contaremos principalmente em Charles Tilly e Sidney Tarrow.

Este trabalho se justifica por tentar colaborar com um estudo de um movimento social, fruto de demandas não garantidas pelo Estado, como direito à moradia digna, emprego, saúde e educação. Um movimento que tem sido alvo de ataques preconceituosos por setores da mídia, da especulação imobiliária e de boa parte da população que não conhece a verdadeira face do MTST.

Metodologicamente, recorreremos às informações obtidas na entrevista que realizamos com uma das líderes do movimento, para tentar resgatar aspectos que possam ser relacionados à teoria. Buscaremos a leitura de teses, dissertações e artigos produzidos sobre o MTST, sua história e trajetória; consultaremos materiais próprios do movimento e conteúdos publicados nas redes e mídias sociais digitais. Esperamos encontrar entrevistas e trabalhos etnográficos que possam suprir, pelo menos parcialmente, a nossa impossibilidade momentânea de imersão em uma ocupação. Ao longo do estudo, estaremos nos referindo algumas vezes ao MST, para estabelecer comparações com o MTST, tentando perceber semelhanças e diferenças.

2. Conhecendo melhor o MTST e o contexto de suas origens

Na Cartilha do Militante, localizamos a oportunidade de conhecer mais sobre a história e a origem do movimento. O MTST surgiu do desdobramento de um outro movimento social, o MST, que havia desenvolvido a percepção de que a maioria do povo pobre vivia na cidade e não em áreas rurais e *“com isto, percebeu a necessidade de ajudar os trabalhadores urbanos a se organizarem para lutar também por melhores condições de vida”* (MTST, 2005).

Diante desse discernimento, na marcha anual do MST à Brasília, em 1997, este movimento decidiu liberar militantes *“para criar um movimento urbano. Estes militantes começaram a estudar os problemas que os*

trabalhadores viviam com mais dificuldade e perceberam que, naquele momento, dois eram os mais preocupantes: Moradia e Trabalho". (MTST, 2005).

Na busca por análises acadêmicas, chegamos à duas teses de doutorado. Na primeira, de Goulart (2011), detectamos que apesar do reconhecimento do MTST em relação à influência do MST em sua constituição enquanto movimento organizado, há divergências em duas vertentes, sobre a formação do MTST como um destacamento planejado e consensual do MST. Como ilustra a autora:

Essa relação com o MST em sua origem marcou profundamente o movimento(..)mas não é consensual, pois, como afirma Lima (2004, p.139), há uma gênese "em diferentes versões e interpretações". A 1ª enfatiza que o surgimento do MTST ocorreu a partir de uma ação deliberada para o crescimento do MST nas cidades. A 2ª destaca a Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça, de 1997, como momento de aproximação entre o MST e os movimentos urbanos por moradia, da qual surgiram ações de ocupação de terrenos, já com formato híbrido; (Goulart, 2011, p.18)

Como em todo movimento organizado, o surgimento e a consolidação não se dão de modo instantâneo, mas durante o desenrolar de um processo, composto por momentos episódicos atrelados a contextos. Nessa discussão, Goulart (2011), sustenta uma hipótese, posiciona-se a respeito da divergência, e justifica o que, para ela significou o período de autonomização do MTST:

destacamos a presença do MTST na região de Campinas desde de 1996, quando militantes do MST auxiliaram na organização de ocupações de terrenos realizadas de maneira espontânea. É o caso da Vila San Martin, que chegou a agregar 3.500 famílias(...)a Marcha Nacional de 1997 propiciou o contato entre militantes e ativistas da base de diversas partes do estado e do país vinculados à tarefa de construção de um movimento urbano. Essa expectativa demorou a se concretizar, mas foi no município de Campinas que o MTST lançou suas bases, mais especificamente, com o desenrolar da ocupação no Parque Oziel, que batizado com o nome de um dos sem-terra assassinados no massacre em Eldorado do Carajás/PA, em 1996, paradoxalmente, inaugurou o período de autonomização do MTST. (Goulart, 2011, p.13-21)

Em relação à segunda tese, de Medeiros (2020), encontramos uma visão do Movimento dos Sem Teto conectada ao contexto social e político internacional, especialmente na América Latina. Nessa tese, Medeiros (2020) afirma que o MTST, diferente de outros movimentos por moradia em São Paulo:

surgiu como parte de uma análise consciente das transformações produzidas pela reestruturação das relações de produção sob o neoliberalismo e a necessidade de alcançar os trabalhadores e trabalhadoras dos centros urbanos que não podiam ser disputados pelas formas tradicionais de organização política do mundo do trabalho (os sindicatos). (Medeiros, 2020, p. 187)

Essa abordagem de Medeiros (2020) é importante e nos faz refletir sobre como contextos internacionais ou nacionais e locais influenciam no surgimento, crescimento e/ou desaparecimento de movimentos sociais. Essa perspectiva se encaixa com um aspecto citado por Alonso (2012) em relação aos repertórios de Tilly, que aprofundaremos adiante; trata-se da “*correlação entre mudança de repertório e mudança social, econômica e política, e o uso dos repertórios conforme as oportunidades políticas*” Alonso (2012, p.23). No caso do MST e do MTST, respectivamente, as formas de se contrapor aos problemas associados aos meios rurais e urbanos, ligados à moradia, urbanização, industrialização e (des)emprego, ensejaram em cada caso, condições e oportunidades específicas para o surgimento desses movimentos e suas respectivas evoluções. Vejamos:

Quando no Brasil havia ainda uma forte predominância de trabalhadores no âmbito rural, sobretudo após a saída do Estado brasileiro da posição de protagonista e negociador das exportações de produtos da agricultura, o mercado privado assumiu as rédeas. Ao passar posteriormente por grandes dificuldades, muitos vieram a falir; com isso, boa parte das terras passou a ser tomada como forma de pagamento de dívidas pelos bancos e o setor despejou centenas de milhares de trabalhadores rurais nas ruas, muitas vezes sem o mínimo de indenização, sem terras, sem teto e sem ter condições de se manter. Tal situação se constituiu num contexto favorável aos primeiros embriões a tentarem se constituir como movimentos que pudessem fazer algo pelos vulneráveis excluídos do sistema falido. Ocuparam esse espaço a Comissão Pastoral da Terra, o INCRA, Federações e sindicatos de trabalhadores rurais e entre outros movimentos iniciantes, o Movimento dos Sem Terra – MST.

Sobre a questão do contexto, relativo ao MST, complementam Stédile e Fernandes (1999, *apud* Loera, 2009):

um dos fatores que favoreceram essa onda de ocupações encabeçadas pelo MST foi o contexto histórico de democratização

do país. E podemos argumentar que, nesse contexto, o marco da Constituição de 88 foi um bom incentivo para que as ocupações acontecessem, uma vez que, desde então, as propriedades que não cumprem com sua função social podem ser desapropriadas. Stedile e Fernandes (1999, apud Loera, 2009, p.74)

Mais tarde, à medida em que o Brasil foi se tornando urbano, por um momento o mercado de trabalho e o ainda precário sistema urbano e habitacional das cidades, com seus incipientes equipamentos comunitários foram capazes suportar o crescimento. Adiante, com as cidades inchadas, sem infraestrutura adequada e à mercê da especulação imobiliária, somados aos ciclos do capitalismo que de tempos em tempos ejetavam para fora do mercado uma massa de trabalhadores, provocando o desemprego estrutural, estes foram sendo empurrados para as periferias, em muitos casos se abrigando precariamente em locais de riscos de desastres “naturais” ou formando as favelas. Até que se chega em situações em que, nem mesmo as favelas, passaram a ter mais condições de absorvê-los.

Tal situação, de modo semelhante, criou o contexto que começou a favorecer ocupações ainda desordenadas e aleatórias, de modo semelhante ao que se observou no meio rural. Esses elementos, criaram as condições de surgimento de movimentos diversos capitaneados por milícias, igrejas, políticos em geral e traficantes de olho na possibilidade de ganharem algo com a ocupação de imóveis. Em meio às desorganizações, surgiu o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, em busca de moradia e emprego, contando com a experiência, conforme já narramos, do MST.

Como ilustra Medeiros (2020), em relação ao MTST, ao longo do tempo, o aumento das adesões ao movimento e conseqüentemente do tamanho e quantidade de ocupações, vêm se dando em paralelo à desindustrialização do país, ao aumento do desemprego, da pobreza e das condições de vida da população brasileira e da urbanização desordenada e excludente; questões que, em parte, estão fora da esfera de atuação dos sindicatos de trabalhadores.

Finalmente, outro ponto importante a se destacar é o processo de nacionalização do MTST. Segundo Goulart (2011):

A nacionalização demorou a ser uma realidade e não foi pelas mãos do MST que ela aconteceu, mas pelo fortalecimento do MTST em São Paulo e pelo aparecimento de movimentos sem-teto, em outros estados do Brasil, com convergências sociais, políticas e ideológicas. (Goulart, 2011, p.29)

O que nos mostra que, apesar de oriundo de desdobramentos e inspirações do MST, em um dado momento o MTST criou vida própria, com características e identidades próprias e seguiu seu rumo, se consolidando em São Paulo e conectando-se a outros movimentos afins pelo Brasil, fundamentais à posterior capilaridade nacional.

2.1 A forma acampamento e suas rotinas, como base do movimento

Nos primórdios de formação do Movimento dos Sem Terra, em quem o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto se inspirou, objetivando se constituírem como um movimento autônomo, um fato foi ficando muito claro: aprenderam que para o processo de criação de poder popular funcionar e o movimento se fazer ouvir, era necessário primeiramente fixar os integrantes do movimento em acampamentos. A partir daí a *forma movimento* e *forma acampamento* foram sendo construídas, compreendidas, apropriadas e aperfeiçoadas como uma linguagem desses movimentos, MST e posteriormente MTST, na interlocução com o próprio Estado e com a sociedade.

2.1.1 MST: embrião de uma *forma movimento*

Conforme apuramos em 20 de abril de 2022 no site oficial, o MST está organizado em 24 estados, nas cinco regiões brasileiras. Até agora, segundo eles, em torno de 450 mil famílias já conquistaram a terra pelo caminho da luta organizada dos trabalhadores rurais e ainda há pelo menos 90 mil famílias acampadas, vivendo debaixo de lona preta. Organiza-se através dos setores de “Frente de massas, formação, educação, produção, comunicação, projetos, gênero, direitos humanos, saúde, finanças (o MST está na Bolsa de Valores do Brasil), relações internacionais, cultura, juventude e LGBT Sem Terra. E, se mobiliza através de repertórios: ocupação de terras, acampamentos, ocupação de prédios públicos e vigílias, não só no campo, mas, também, acampamentos e manifestações nas cidades e diante de bancos, e luta pela reforma agrária popular e transformação social. Além disso, tem como bandeiras a cultura,

reforma agrária popular, combate à violência sexista, democratização da comunicação, saúde pública, desenvolvimento, diversidade étnica, sistema político, e soberania nacional e popular.

Quando o movimento de luta pela terra ainda não respondia majoritariamente pela sigla MST, deparou-se em seu caminho com a dificuldade de legitimidade junto ao Estado, pois havia a antiga forma de negociação que prevalecia via sindicatos e federações de trabalhadores; sem legitimidade e com dificuldade de interlocução, só se ouvia e reconhecia como legítimo para negociar o INCRA, a Comissão Pastoral da Terra, Federações e outros movimentos estabelecidos.

Neste cenário, depois de idas e vindas, de derrotas, dispersões e avanços do movimento, um passo importante deu forma vitoriosa ao movimento: a *forma acampamento* que ao longo do tempo conquistou resultados mais expressivos e legitimidade de interlocução, especialmente quando havia ação de conflito e não apenas ocupação passiva ROSA (2009). Nos primórdios da formação do movimento, havia muita confusão de papéis e de quem teria legitimidade para falar por quem e em que localidade do país. Diversas estratégias para tentar alcançar seus direitos assegurados pela constituição, foram sendo testadas ao longo de um tempo, com um marco importante na Zona da Mata pernambucana e demais localidades desse estado. Foram muitas lutas, até que a modalidade ocupação passou a ser considerada legítima, e posteriormente, também o MST. Mesmo assim, conforme Stédile e Fernandes (1999):

a ocupação de terras não é algo novo no cenário da luta pela terra no Brasil; o que é novo é a ocupação em massa. O MST aproveitou essa forma legítima e a incorporou como estratégia fundamental de mobilização para conseguir as desapropriações. (Loera, 2011, p.73)

Daí podemos refletir: qual a importância do acampamento? A lição que ficou do texto de ROSA (2009) é que montar e manter o acampamento é uma boa estratégia, mas, é o começo. O próximo passo é “*garantir a legitimação do acampamento por meio do reconhecimento por parte do Estado*” (Rosa, 2009, p. 101). O momento-embrião, lembrado por LOERA (2011), foi:

A primeira ocupação vitoriosa no Brasil, na qual se conseguiu a desapropriação das terras, foi realizada na fazenda Macali, no município de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, em 7 de setembro de 1979. Com

aquela ocupação, como numa imagem de uma espiral, essa ação detonou outras ocupações e contribuiu para a consolidação do MST. (Loera, 2011, p. 73).

Ou seja, o processo de reconhecimento do acampamento pelo Estado, passava pelo entendimento de que eram parte de um movimento e não apenas reivindicavam como um grupo de pessoas aleatórias, independentes e desorganizadas: esse passo significava *“a constituição de um modelo que seria a forma organizada de conflito”*. (Rosa, 2009, p.101). A prova disso, segundo o mesmo autor, foi quando em uma ocupação no Rio de Janeiro, percebeu-se uma diferença no trato do poder público e no respeito da Polícia: *“segundo relatos das famílias acampadas, a reação da polícia ajudou-os a confirmar a ideia de que aquele era mesmo o modo correto de reivindicar”*. (Rosa, 2009, p.108). Nesta ocasião, os líderes do movimento não só passaram a ser recebidos pela prefeitura e pelo governo do estado como os mesmos passaram a ajudar e até fornecer materiais para reparação das barracas que eram danificadas pelos ventos na região. Com isso, segundo o mesmo autor, surgiu:

uma espécie de modelo, cultivado nos mais distintos pontos de contato entre sujeitos do Estado e grupos organizados: uma espécie de forma movimento, que sustenta os movimentos e reestrutura o Estado (...) Ao apontarmos para a invenção de uma nova linguagem, evidenciamos um inusitado elemento, que passa a ocupar um espaço no mundo social outrora inexistente. (Rosa, 2009, p. 110)

Ou seja, descobriram um modo de negociar que funcionava, um repertório em que todas essas reivindicações e reconhecimentos, estavam tendo efeito e eficácia, e consolidando uma forma de movimento, que se comunica por uma linguagem, como detalhado por Rosa (2009).

2.1.2 As primeiras ocupações do MTST

A ocupação tornou-se o instrumento central do MTST, como um recurso de ação coletiva, com potencialidades na formação de identidades coletivas, nas relações subjetivas desenroladas em meio às dificuldades materiais, na formação de militantes anticapitalistas, no embate com o Estado e seus governos, para citar algumas. (GOULART, 2011, p.53)

Segundo (Goulart, 2011), a primeira ação de montagem de uma ocupação do MTST, inicialmente inspirado nos moldes dos acampamentos do Movimento dos Sem Terra e, considerando as adaptações a um contexto urbano, ocorreu em Campinas, município de São Paulo, no Parque Oziel. E, segundo a mesma autora, a primeira grande ocupação ocorreu no ano 2000, em Guarulhos/SP, sendo chamada de Anita Garibaldi. Na sequência, uma série de outras ocupações se deram e todas padeceram de violentos despejos.

Apesar de muitas frustrações, com o passar do tempo, o agravamento da crise econômica e aumento das pessoas em situação de vulnerabilidade, fruto de sucessivas implementações de políticas neoliberais, segundo Medeiros (2020), o movimento foi se consolidando e passando a articular-se politicamente junto a partidos e ao Estado brasileiro, até que, no segundo governo de Luís Inácio Lula da Silva, do PT, o problema começou a encontrar caminhos para sua solução por intermédio de políticas públicas de habitação: surge o programa Minha Casa, Minha Vida, que inicialmente apresentava barreiras para a inclusão de pessoas em ocupações, mas, que, posteriormente, foram incluídos, graças a força do movimento e de sua parceria política com o PSOL, já que, historicamente manteve-se equidistante do PT e do governo deste partido. Tal aproximação foi importante neste momento onde as políticas públicas de habitação foram ampliadas, mas, já no governo Dilma, do PT, em virtude de pressões políticas de composições pela governabilidade, o Ministério das Cidades, ocupado por um partido do “centrão”, o PP, iniciou a inviabilidade de tais políticas, que ao longo do tempo foram desmanteladas no que diz respeito ao aspecto inclusivo, fato que foi se agravando nos governos pós-golpe de 2016 de Michel Temer/MDB e Jair Bolsonaro/PSL/PL.

2.1.3 Os porquês e a simbologia do acampamento no MTST

Mas, afinal, o que é uma ocupação? A ocupação é um dos repertórios que compõe e dá sentido ao movimento. Gonçalves (2017) destaca um aspecto fundamental da comunicação enquanto linguagem:

As ocupações, ao demonstrar que o valor de uso dos terrenos urbanos deve ser prioritariamente voltado para aquilo que o movimento propõe, a moradia, são de um potencial de

comunicação contra-hegemônico prático. Por falta de moradia, o sujeito mora em um lugar que o Estado, comprometido com o capital, nega, mesmo sendo direito garantido na Constituição Federal. (Gonçalves, 2017, p. 83)

O acampamento, composto pelas barracões de lona preta é uma das formas de se ocupar. De acordo com a cartilha do MTST, as ocupações têm um papel pedagógico, como no caso do MST e é nela onde se dão os primeiros passos de iniciação ao movimento, que trabalha a conscientização dos seus integrantes sobre o contexto no qual estão inseridos e sobre as possibilidades de modificação da realidade a partir deles próprios:

Com elas pressionamos diretamente os proprietários e o Estado, denunciando o problema social da moradia e construímos um processo de organização autônoma dos trabalhadores. As ocupações são sempre acompanhadas de uma pressão focada nos órgãos do Estado, com marchas e ocupações de prédios públicos [...] as ocupações de terrenos nas periferias devem ser potencializadas como uma porta para o trabalho comunitário nos bairros próximos. (MTST) CARTILHA

Pensando num sentido mais amplo, as ocupações incluem em suas atividades a formação política inerente ao movimento e às causas enfrentadas pelos seus integrantes; essa formação contribui para a conscientização e a autonomia deles que passam a ter a condição de se organizarem e assim, cumpre duplamente um papel na estrutura organizativa, segundo Goulart (2011):

e na proposta política do movimento: construção não só de resistência territorializada, mas também de espaços de exercício de coletivização e poder popular, por isso têm papel central na organização do MTST(...) A ocupação centraliza as atenções e expande a potencialidade de luta, na medida em que congrega todo o conjunto de relações sociais que emergem desta forma de luta pela moradia. (Goulart, 2011, p.75)

Analisando por outro ângulo, podemos dizer que de um certo modo, a forma acampamento do movimento acaba prestando um serviço ao Estado, pois cada barraca de lona preta tem o potencial de representar uma futura moradia, ou seja, uma unidade habitacional reclamada ao Estado, como deixa claro a constatação de Gianquito (2016), fato que reforça ainda mais a importância da luta coletiva que tem como meio de organização o acampamento:

Conquistar moradia através de Movimento é bem diferente de consegui-lo de modo individual (...) porque se trilha um outro caminho, calcado na mobilização social. Quando a demanda por moradia chega ao Estado, ela chega através de uma mobilização construída em conjunto e não por meio das demandas individuais de cada pessoa (...) em caso de conquista da moradia, será ao movimento que estas serão concedidas [os beneficiários] só podem ser indicados pelo movimento, o qual entrega ao Estado a listagem das famílias a serem atendidas (Gianquito, 2016, p.139)

As barraquinhas de lona preta podem ser interpretadas como as “representantes” de cada um dos acampados e familiares que estão na luta por moradia e, por isso “*cada acampado possui uma barraca montada a partir de um padrão estabelecido pela ocupação*”. (Gianquito, 2016, p.143). Uma mudança interessante, atrelada à essa forma de compreender a real função do acampamento, diz respeito à questão dos pleiteantes morarem ou não permanentemente no interior das barraquinhas. Aos que olham de fora, a impressão é a de que os acampamentos contam o tempo inteiro com a presença dessas famílias; mas, segundo Gianquito (2016):

a presença dentro da ocupação mudou bastante desde seu início, possuindo poucos acampados que dormem de fato dentro do terreno. Portanto, apesar de estarem todas erguidas e marcadas com o respectivo grupo e número da família a que pertence, quase sempre permanecem vazias. (Gianquito, 2016, p. 143).

Ainda assim é necessário “*um olho no gato e outro no peixe*”: os integrantes do movimento, representados por cada barraca, devem permanecer vigilantes, pois há um conflito instalado, uma luta declarada e uma disputa em andamento. Mesmo parte da estratégia, de acordo com Gianquito (2016):

Amplamente preocupados com a visão criada a partir da mídia e, principalmente, com a polícia, ter-se-á dentro de cada Grupo um cuidado constante com as barracas (...) Quando permanecem malcuidadas (com lona rasgada), cabe aos coordenadores derrubar esse conjunto de barracas, as quais devem ser reconstituídas pelo acampado a que pertence. Quando a barraca está em bom estado e o acampado desiste de participar do movimento, o MTST chama outra pessoa da lista de espera e passa a esta a mesma barraca que pertencia a este. Toda preocupação tida com estas é para que exteriormente não se consiga saber quantas pessoas de fato possuem dormindo dentro do terreno: questão estratégica traçada em relação ao confronto que pode vir a ser estabelecido de forma direta com a polícia, ou indiretamente com a mídia (Gianquito, 2016, p.143-4)

Para atender ao desejo de aprofundar mais ainda sobre as ocupações, há muitas perguntas que poderiam ser feitas. Porém, em um trabalho deste porte é impossível responde-las todas a contento, mas, tentaremos a partir dos próximos tópicos apontar possíveis respostas a algumas dessas questões.

2.1.4 Rotinas e Atividades diversas na ocupação do MTST

Para que ocorra a efetiva ocupação, é necessário haver atividades para ocupação do tempo e a formação de redes de solidariedade interna e externa para que os integrantes, sobretudo os mais presentes na ocupação, consigam se manter. Assim como havia uma série de rotinas necessárias à fixação dos cidadãos nos acampamentos do MST no meio rural, desde o princípio de construção de uma *forma movimento*, foi detectada a necessidade de mobilização de redes de parentes, amigos, simpatizantes, militantes e já assentados. No caso das ocupações urbanas do MTST, também detectamos essa necessidade, para manter o acampamento vivo, com vida orgânica, em funcionamento e com pessoas ocupadas e motivadas na ocupação, apesar das recentes alterações que apontamos no tópico anterior.

Até porque, pelo menos de acordo como a nossa própria impressão, apesar dos revezamentos estratégicos que explicamos, não há nada mais entediante que ficar parado em determinados locais sem desenvolver nenhuma atividade que os ocupe. Deve ser um terror psicológico e altamente monótono e desmotivador estar “desocupado em uma ocupação”.

Daí, poderíamos perguntar: como se organizam os acampamentos nas ocupações e que tipos de atividades acontecem por lá? Ao que pudemos apurar com base em diversas leituras, listada e na entrevista que realizamos com uma das líderes do movimento em São Paulo, a taxa de monotonia é igual zero: há diversas atividades internas, de organização e formação, de solidariedade entre os acampados que se revezam no local e estes contam com redes de amigos, familiares e apoiadores simpatizantes do movimento, externos ao acampamento. Para ilustrar, compartilharemos a seguir uma sequência de atividades que ocorrem nas ocupações, na visão de uma líder do movimento em São Paulo:

Ao que apuramos em nossa entrevista com Nascimento (2022), de maneira geral, no interior das ocupações, a lógica da divisão é a de uma casa, onde há os espaços coletivos, como banheiros, hortas, cozinha, áreas de reuniões, formações e atividades culturais e os espaços individuais, conhecidos como “barraquinhos de lona”, que são os quartos, cada um medindo dois por dois, chegando a medir no total, quatro metros quadrados. Durante a entrevista, tomamos conhecimento de uma série de rotinas e atividades que são desenvolvidas no interior das ocupações, como:

- a) – Como pais e responsáveis saem das ocupações para trabalhar, o MTST ocupa o tempo dos jovens com o ensino, de diversas maneiras, como o Grupo de Tecnologia do movimento que promove nas ocupações um cursinho de programação e criação de sites.
- b) – Cursinho Popular pré-vestibular Thereza de Benguela, que aprovou no vestibular três jovens da ocupação, na universidade pública.
- c) – As ocupações do MTST possuem em suas unidades, um espaço de adoção de animais abandonados e encontrados nas ruas: “Animais Sem Teto”, que chegam muitas vezes machucados são acolhidos e recebem os devidos cuidados: *“eles têm uma página (no Instagram e Facebook); aqui eles encontram abrigo, amor e cuidados. Temos uma rede que cuida dos animais sem teto e recebemos doações de ração e o apoio de veterinários voluntários...”*. (Nascimento, 2022).
- d) – Cozinha solidária, onde todos se encontram, interagem, se ajudam, doam ou recebem doações e realizam trocas diversas; há quem não contribua com alimentos, mas com trabalho e serviços diversos: cozinhar, ou cuidar da limpeza.
- e) – Cursos de formação, inclusive política, roda de conversa, atividades culturais como saraus, e setores de saúde e jurídico do movimento.
- f) – Atividades mobilizadas na rede social do MTST, criam oportunidades de trabalho, emprego e renda aos integrantes da ocupação, para ajudar na manutenção de todos: O Contrato de quem luta” é uma plataforma desenvolvida pelo núcleo de tecnologia do MTST, SP, que faz uma ponte entre empregadores e trabalhadores em áreas como faxina, pintor, pedreiro, eletricista, garçom.

Há também campanhas de mobilização do movimento via redes e mídias digitais, às vezes ocupando espaços na mídia local. Percebe-se a formação de um sentimento de comunidade interno ao acampamento e uma das atividades que mais integra os de dentro e os de fora e mobilizam a todos é o funcionamento das Cozinhas Solidárias, que têm sido aprimoradas e ampliadas para os acampamentos do MTST no Brasil: espaços onde a alimentação chega para quem mais precisa, a partir das hortas comunitárias instaladas na ocupação, dos esforços dos integrantes que trabalham e doações de cidadãos e instituições. São espaços de troca, onde se pode *“dar, receber e retribuir”*. (Loera, 2009, p.84)

2.1.5 Diferenças e inovações nas ocupações do MTST e MST

Em relação às diferenças, compartilharemos os tópicos a seguir, fruto de pesquisa em uma literatura variada sobre os movimentos:

- 1) **Questões fundamentais:** “No MTST a questão fundamental é a moradia e não o trabalho, como no MST. No entanto, a moradia fixa permite a possibilidade de luta por outros direitos da cidadania (emprego, saúde, educação, alimentação, lazer e cultura). Assim, ao entrarem em conflito com o “latifúndio urbano ocioso”, ou os prédios abandonados e sujeitos à exploração imobiliária, constroem um processo de (re)territorialização da população urbana marginalizada.” (Silva, 2017, p.192);
- 2) **Diferença entre ocupações cidade x campo:** “Na cidade não dá para você trabalhar com o conceito de controle territorial. Você vai trabalhar com o conceito de hegemonia territorial. A ocupação urbana é uma ocupação que busca construir referência e hegemonia. Ela não tem condições de construir controle territorial” (Idem);
- 3) **Missão da militância:** “O MTST tem uma concepção de militância fincada na realização do trabalho de formação da base social como instrumento de transformação social, sem o qual qualquer bandeira política seria infértil e inconsistente. (Goulart, 2011, p.73);
- 4) **Recursos para formação:** “MTST não conta com uma estrutura como o MST, que tem a Escola Nacional Florestan Fernandes como principal centro de formação. Desde suas origens o movimento reserva lugar especial para formação dos militantes e a realiza progressivamente em suas ocupações. Tem sido cada vez mais comum o MTST fazer parcerias com grupos locais de educação popular e de teatro, a fim de que participem da formação política de seus militantes a partir de seus territórios”. (Goulart, 2011);
- 5) **Os alvos:** “O que diferencia MTST dos demais movimentos sociais urbanos é que este tem uma atuação mais direta frente aos órgãos de interesses contrários aos seus enquanto os demais movimentos sociais urbanos possuem uma postura mais reservada focando suas ações apenas na participação Institucional o MTST acredita que até há possibilidade de realização de negociações, mas sempre em função das mobilizações e ações diretas de pressão que impulsionam...” (Leão et all 2016, p. 5)

Como exemplo de ações conjuntas e algumas semelhanças entre os movimentos MST e MTST, acrescentamos:

- 1) **Ocupações:** “Um exemplo deste tipo de manifestação do campo na cidade, é a recente ocupação da sede da construtora Odebrecht em São Paulo. A ação foi construída em conjunto entre dois movimentos socioterritoriais do campo e da cidade, o MST e MTST e tinha como objetivo denunciar a atuação da empresa que gera impactos à vida da população do campo e da cidade”. (Silva, 2017, p. 188);
- 2) **Formas [conjuntas] de atuação e resistência:** “no campo e na cidade, sobretudo nos processos de espacialização e territorialização, que se expressam nas formas e práticas diferenciadas de luta e organização dos territórios”. (Silva 2017, p.179); “ao se organizarem coletivamente na luta por transporte público, mobilidade urbana, moradia e acesso à terra, estes

movimentos socioterritoriais buscam através das manifestações e ocupações, sejam elas no campo ou na cidade, romper com os processos de subalternidade e segregação socioespacial”. (Silva, 2017, p.184);

- 3) **Forma organizacional e estrutural:** “As semelhanças nas atuações destes dois movimentos não estão somente na esfera político-combativa, mas também na sua forma estrutural, organizacional e de mobilização de pessoas. Esses movimentos de reação à lógica dominante, excludente e subalterna, são agentes reativos ao modelo capitalista de produção e podem ser também entendidos a partir da noção de multiterritorialidade de Haesbaert (2006), em que diferentes lógicas de controle territorial e de relações de poder presentes no espaço coexistem, mesmo que de forma conflitiva”. (Silva, 2017, p. 192);

A seguir, mudanças e inovações na *forma acampamento* do MTST. O processo de conquista de casas e terrenos e o reconhecimento que o movimento ganhou, provocando mudança da postura estatal para com os integrantes:

- 1) **Dormir no acampamento:** “o fato de não ser mais obrigatório os acampados dormirem na ocupação. Como forma de facilitar a entrada e a permanência das famílias na luta, a não necessidade de ficarem lá ajudou a garantir a permanência das famílias na luta”. (Gianquito, 2016, p. 132);
- 2) **Modo de vida no acampamento:** “o resgate de um modo de vida comunitário é uma estratégia fundante do MTST na organização de suas ocupações e é devido a essa opção que a periferia torna-se o local da cidade em que são realizados os acampamentos”. (Gonçalves, 2017, p.80);
- 3) **Venda de mercadorias:** “existem espaços de venda coletiva(...)Todo dinheiro arrecadado vai para a auto-sustentação da ocupação (...)o movimento realiza festas ou saraus em que o valor arrecadado com a venda de comida e bebida vai para o caixa coletivo da ocupação.(...) realiza rifas ou capta dinheiro em doações, usando seus meios de comunicação ou de organizações aliadas. (Gonçalves, 2017, p.81-2);
- 4) **Horizontalidade:** “o coordenador nacional ou estadual não pode atropelar decisões dos coletivos territoriais sobre a expulsão de algum acampado, sobre a lista de prioridades para obtenção das casas ou, a forma de organização espacial da ocupação. Da mesma maneira que uma ocupação e seus coordenadores não podem decidir não participar de uma manifestação de rua que tenha pautas mais gerais e aprovadas nas instâncias do MTST”. (Gonçalves, 2017, p. 68);
- 5) **Ocupar é comunicar:** “a comunicação popular do MTST não se resume aos seus jornais e panfletos, mas a sua inserção orgânica nas periferias urbanas através da ocupação que comunica. A utilização crítica dos instrumentos de comunicação possibilita apropriação social das TIC”. (Gonçalves, 2017, p.99);
- 6) **Repertórios que partem da ocupação:** “A forma de ação do movimento se dá pelo bloqueio de rodovias e avenidas importantes, onde circulam mercadorias das fábricas até os locais de venda, fazendo com que não consigam vender sua mercadoria, dando prejuízos às empresas, o que dá uma importância maior as reivindicações dele”. (Leão et all, 2016, p. 5);
- 7) **Outras demonstrações:** “As marchas, passeatas, trancamento de rodovias, ocupação de prédios do governo, como Ministério das Cidades, CDHU (..)são demonstrações como a realização do trabalho comunitário

junto a associações de moradores, grupos organizados em torno de demandas urbanas variadas”. (Goulart, 2011, p.74-5);

- 8) **Formação política é essencial:** “As ocupações são o momento em que o MTST amplia e qualifica sua militância, apostando na formação de coordenações de acampamento, eleitas pela base, que, ao assumir as tarefas organizativas e políticas da ocupação, se integram ao MTST”. (CARTILHA MTST, 2005, p.11);
- 9) **Política de base:** “as ocupações são o momento em que o MTST amplia e qualifica sua militância, apostando na formação de coordenações de acampamento, eleitas pela base, que, ao assumir as tarefas organizativas e políticas da ocupação, se integram ao MTST”. (CARTILHA MTST);

3. Suporte teórico do repertório e sua conexão com o MTST

MTST é um movimento contencioso, moderno e urbano, que oferece a oportunidade de tentar estudar seus repertórios de ação e suas rotinas, em relação aos atores externos como estado e sociedade. Segundo TILLY (2008):

A política contenciosa envolve interações nas quais os atores fazem reivindicações relacionadas aos interesses de outra pessoa, nas quais os governos aparecem como alvos, iniciadores de reivindicações ou terceiros. A política contenciosa reúne, assim, três características familiares da vida social: contenção, ação coletiva e política. (Tilly, 2008, p. 5)

Para tratar desses temas, inicialmente se faz necessária a compreensão sobre repertórios, segundo visão de Charles Tilly. De acordo com Tarrow (2009):

“Tilly definiu ‘repertórios de confronto’ como as maneiras através das quais as pessoas agem juntas em busca de interesses compartilhados (...) a palavra repertório ajuda a descrever o que acontece, identificando um conjunto limitado de rotinas que “são aprendidas, compartilhadas e executadas através de um processo relativamente deliberado de escolha”. (Tarrow, 2009, p.51)

Segundo Alonso (2012), o termo repertório, adotado por Tilly, para respaldar uma abordagem teórica que prioriza atenção aos fatores propriamente políticos para compreender o processo de mobilização coletiva, surgiu da necessidade de incluir dimensões culturais como ferramentas à compreensão desses processos:

“Amante da música, abordou a imbricação entre cultura e ação política valendo-se da noção de “repertório” (...) para designar o pequeno leque de maneiras de fazer política num dado período

histórico. O conceito ressaltava a temporalidade lenta das estruturas culturais, mas dava espaço aos agentes, pois que a lógica volátil das conjunturas políticas os obrigaria a escolhas contínuas, conforme oportunidades e ameaças cambiantes(...). (Alonso, 2012, p.21-22)

Para Tarrow (2009), os repertórios mudam de acordo com o tempo e flutuações nos interesses, oportunidades e organização. No tópico que desenvolve sobre ações modulares, faz um histórico de como os repertórios mudaram em função desses três fatores, que na visão de Tilly, antigamente, eram estreitos, bifurcados e particulares:

Estreito, porque quase sempre os interesses e a interação envolvidos estavam concentrados numa única oportunidade. **Bifurcado** porque, quando as pessoas comuns tratavam de questões locais e objetos próximos, eles adotavam, de forma marcante, a ação direta para atingir seus objetivos, mas, quando se tratava de questões e objetos nacionais, sempre apresentavam suas reivindicações a um patrono ou autoridade local. **Particular** porque as rotinas de ação detalhadas variavam enormemente de um grupo para outro, de questão para questão, de uma localidade para outra. Tilly (1995, p.45) *apud* Tarrow (2009)

Como exemplos, Tarrow (2009) cita pressões dos populares junto às residências dos infratores e locais do delito de modo geral; apropriavam-se de grãos, faziam barricadas, invadiam campos. Segundo o mesmo autor, ao que compreendemos, os repertórios passaram por uma espécie de transição, sem receitas prontas e com novas formas como demonstrações, greves, comícios eleitorais, reuniões públicas, invasões de assembleias e movimentos sociais. Novamente citando Tilly, expõe três características da nova forma de repertório:

(...) **cosmopolitas** ao referir-se com frequência a interesses e questões que diziam respeito a muitas localidades ou afetavam centros de poder cujas ações atingiam muitas outras. Eram **modulares** por serem facilmente transferíveis de um local ou circunstância para outros... Eram **autônomas** ao começarem por iniciativas dos próprios reclamantes e estabelecer contato direto entre esses e os centros de poder nacionalmente significativos. Tilly (1995, p.46) *apud* Tarrow (2009).

Refletindo sobre o nosso trabalho, destacamos que nessa análise se encaixam os acampamentos do MTST, que, como repertório em espaço urbano, adquiriram características próprias, adaptando-se às lutas e às formas cabíveis neste meio, de modo coletivo, e inovando em relação ao movimento que o

originou, o MST, especialmente rural. O que nos lembra Alonso (2012, p.25), em alusão à teoria de Tilly, parece ilustrar essa questão: “*um repertório não é peculiar a dado grupo, mas a certa estrutura de conflito*”.

Compreendemos que o MTST se enquadra no perfil *cosmopolita*, quando abraça a causa da moradia, com condições dignas de vida, inclusos o acesso à saúde, educação e ao emprego e, na pressão junto a centros de poder como o Estado; ao perfil *modular*, pela flexibilidade em se adaptar à *forma movimento*, e ao contexto urbano, escolhendo geralmente ocupar terrenos por meio de acampamentos, próximos à grandes vias de acesso às cidades, como a de São Paulo, podendo, ter a chance de “travar” a cidade ao interditar essas vias quando houver necessidade de um protesto mais incisivo, e ainda, pela mobilidade peculiar e capilaridade nacional – posterior – do movimento; ao perfil *autônomo*, pois, apesar de haver líderes no movimento, a organização é horizontal e é nos próprios acampamentos onde se dá a formação destes líderes, que se tornam aptos a negociarem com os centros de poder nacionais, como o Estado.

Na *forma acampamento*, como foi aprendido pelo MST e apropriado com adaptações pelo MTST, está a oportunidade que, como uma linguagem, representa a chave legítima que consegue abrir, na maioria das vezes, as portas à interlocução com o Estado e à visibilidade junto à sociedade. O acampamento ocupa e marca um importante espaço no território que é urbano e deveria ser coletivo, mas, é cada vez mais privativo e caro, expulsando os despossuídos, muitos deles, fruto do descarte do sistema de produção capitalista.

Nesse contexto, a natureza das ocupações, como novos repertórios espalhados pelo Brasil, transmite uma mensagem que comunica a falta de teto e desemprego nas grandes cidades contemporâneas, sendo essa, a base cultural, social e comportamental comum ao movimento. A *forma acampamento* se trata assim, de uma inovação na forma de agregar e empoderar pessoas a resolverem coletivamente seus problemas comuns. Giaquinto(2016).

Pensando na “criação do poder popular”, conforme redes sociais digitais do MTST, e mais uma vez na *forma acampamento*, destacamos essa passagem de Tarrow (2009) que parece representar o espírito de como as coisas se processaram ao longo da formação e desenvolvimento do movimento:

O novo repertório aumentou o poder das pessoas comuns para desafiar governantes, forçando-os por sua vez, a criarem meios de controle social mais sutis do que uma carga de cavalaria ou um ataque com tiros de canhão. (Tarrow, 2009, p.65)

Nos tempos atuais, é nítido o poder de articulação do MTST junto aos que sofrem das mesmas causas nos centros urbanos do Brasil, transformando a dor e a angústia da falta de moradia e emprego em empoderamento e capacidade de reação coletivas desses atores, desafiantes, contra o Estado e a sociedade. Há resultados por todo o país das conquistas destes cidadãos, que agem como protagonistas de sua própria história. Nunca foi um caminho fácil. Nos primeiros momentos sofreram com muita repressão, bala de chumbo e de borracha, e dispersão do que hoje se constitui como um movimento de capilaridade nacional.

Mas, como nos lembra Tilly (1995, p.95) “os repertórios são criações culturais aprendidas e emergem das lutas” e, nessa constatação, se enquadram os casos do MST e MTST, que, ao custo de muitas lutas, foram aperfeiçoando e adaptando seus respectivos repertórios ao longo do tempo. Este último aspecto conserva sintonia com a percepção de Alonso (2012) de que assim como os repertórios e as performances se adaptam aos contextos, o próprio conceito de Tilly sofreu adaptações ao longo de mais de 30 anos.

4. Considerações finais

Este artigo teve o intuito fazer uma revisão de literatura sobre o MTST, resgatando origens, contexto de surgimento, objetivos, missões e repertórios. O trabalho se dedicou especialmente à abordagem do que diferenciou o MTST do movimento do qual ele se originou, o MST e como se deu o processo de autonomia do MTST, bem como as suas inovações em relação ao MST.

Nesse desafio, nos concentramos no nosso objetivo principal que foi compreender a importância de um aspecto fundamental do movimento: o acampamento, pesquisando de onde surgiu a inspiração desse repertório, como se deu a sua formação, sem processo de legitimação, quais foram as primeiras ocupações desta *forma movimento* e as principais atividades desenvolvidas no seu interior; buscamos também compreender o que, ao longo do tempo mudou na *forma acampamento* do MTST, inclusive se comparado ao MST. Procuramos

refletir em nosso trabalho, especialmente à luz da literatura de repertórios e de suas inovações, bebendo na visão de Charles Tilly, Sidney Tarrow e de Ângela Alonso. Sobre o movimento, consultamos material do próprio movimento no site e nas redes e mídias sociais como o Instagram; utilizamos entrevista em primeira mão que realizamos com uma das líderes do movimento em São Paulo; e captamos trechos fundamentais de diversos autores que estudaram ambos os movimentos, suas formas, performances e repertórios.

Nos chamou a atenção a forma de “criação do poder popular” no próprio chão de terra batida dos acampamentos, através de processos de recrutamento de indivíduos que sofrem com os mesmos problemas; estes, após passarem pela educação emancipatória e formação política no interior das ocupações, se tornam integrantes, militantes, coordenadores e líderes. Com esse trabalho, os seus membros adquirem consciência em relação aos seus direitos, aos porquês dos mesmos lhes serem negados, e a como “arrancá-los com as unhas” em lutas contra setores da sociedade e contra o próprio Estado, que deveria garanti-los.

Reconhecemos as limitações teórico-metodológicas e de cumprimento a contento dos objetivos desse trabalho. Isso se deveu a dificuldades com relação ao tempo de execução, devido ao fato de termos que reiniciar a temática e seu direcionamento por três vezes. Mesmo assim, ficou para nós um grande aprendizado sobre o movimento e sobre como lê-lo à luz da teoria de repertórios. O MTST nos ajudou a pensar, na prática, como acontecem as execuções e inovações nos repertórios e performances, a partir da maneira como o próprio movimento foi constituído, construído e consolidado, com suas adaptações ao longo do tempo. Compreendemos como se deram os acampamentos, em que medida esses se assemelharam e beberam da experiência do MST e como desenvolveram a sua própria *forma acampamento*, e *forma movimento*.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca; VON BÜLOW, Marisa. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo entre o Estado e a sociedade? *Sociologias* (UFRGS. Impresso), v. 13, p. 52-84, 2011.

ELIAS, Gabriel Santos. Criar poder popular: As relações entre o MTST e o Estado no Distrito Federal. 2014. Dissertação de mestrado, IPOL/UNB.

GIANQUINTO, Marina Ferreira Tornando-se um “acampado” a experiência das famílias organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

Dissertação (Mestrado). São Carlos : UFSCar, 2016.

GONÇALVES, Antônio Vinícius Oliveira. Contra-hegemonia, mediação e apropriação social: um estudo sobre o MTST e a ocupação urbana como meio de comunicação. Orientador César Siqueira Bolaño – São Cristóvão, 2017. 105 f.: il. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Sergipe, 2017.

GOULART, Débora Cristina. O Anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST). Marília/SP, 2011, 275 f.; Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências 2011. Orientador: Marcos Tadeu Del Roio.

LEÃO, T.F.; ABREU, D. A.; LAZZARINI, J. M. F.; CHAVES, D. E.; SILVA, V. S. Movimentos sociais no Brasil, MST e MTST. II Colóquio NUEGA, UFJF – Instituto de Ciências Humanas, 2016.

LOERA, Nashieli C. Rangel, (2009), “Para além da barraca de lona preta: redes sociais e trocas em acampamentos e assentamentos do MST”, in B. M. Fernando, L. de S. de Medeiros e M. I. Paulilo (orgs.), Lutas Camponesas Contemporâneas: Condições, Dilemas e Conquistas. A Diversidade das Formas das Lutas no Campo. São Paulo, NEAD/MDA, Editora Unesp, vol. II.

MEDEIROS, Juliano. A nova esquerda latino-americana: movimentos sociais, institucionalização e crise do progressismo. 2018. 287 folhas. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, 2020.

NASCIMENTO, Ediane. Entrevista gravada em 10 de março de 2022, para o programa Espaço Cidadão, na Band Nordeste, TVT/SP e canal no Youtube Robson Carvalho; duração: 32':41"; disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=tqzXXq5qCmY&t=2s>

ROSA, Marcelo. (2009), “A ‘Forma Movimento’ como Modelo Contemporâneo de Ação Coletiva Rural no Brasil”, in B. M. Fernando, L. de S. de Medeiros e M. I. Paulilo (orgs.), Lutas Camponesas Contemporâneas: Condições, Dilemas e Conquistas. A Diversidade das Formas das Lutas no Campo. São Paulo, NEAD/MDA, Editora Unesp, vol. II.

SANTOS, P. H. A. Formação no Movimento dos Trabalhadores Sem Teto: ações formativas e a percepção dos sem-teto sobre a trajetória de luta. Anais do III Congresso Internacional e V Congresso Nacional de Movimentos Sociais e Educação. UNIFESP 2021. ISSN: 2525-4588. Categoria: comunicação oral.

SIGAUD, L.; ROSA, M.; MACEDO, M. E. Ocupações de terra, acampamentos e demandas ao Estado: uma análise em perspectiva comparada. Dados, v. 51, n. 1, p. 107–42, 2008.

SILVA, Hellen Carolina Gomes Mesquita da. Análise da atualidade das ações dos movimentos sócioterritoriais camponeses e urbanos no estado de São Paulo: MST e MTST. Revista NERA, Presidente Prudente, Ano 20, nº. 36 - Dossiê pp. 178-195, 2017.

TARROW, Sidney. O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político. Tradução de Ana Maria Sallun. – Petrópoles, RJ: Vozes, 2009.

TILLY, Charles. Claims as Performances. In: Contentious Performances. New York: Cambridge University Press, 2008, Capítulo 1, p. 1-30.

TILLY, Charles. Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. In: Traugott, Mark (org.). Repertoires and cycles of collective action. Durham, NC: Duke University Press, 1995, p. 15-42.

<https://mtst.org/>

<https://mst.org.br/>